

Práticas poéticas: juventude, violência e insegurança em Fortaleza

FRANCISCO RÔMULO DO NASCIMENTO SILVA

GEOVANI JACÓ DE FREITAS

RESUMO: Este artigo tem como objetivo compreender, a partir da percepção dos jovens envolvidos em práticas culturais coletivas de re-existência, a atuação de agentes do Grupo de Operações Especiais / GOE da Guarda Municipal que integram o Plano Municipal de Proteção Urbana / PMPU por meio da Torre de Observação Comunitária situada no bairro São Cristóvão, Grande Jangurussu e seu entorno, localizado na zona sul de Fortaleza, Ceará.



Palavras-chave: Juventudes. Re-existências. Segurança Pública. Necropolítica.

Poetic Practices: youth, violence and insecurity in Fortaleza

FRANCISCO RÔMULO DO NASCIMENTO SILVA

Jornalista, bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e pesquisador do Laboratório de Estudos da Conflitualidade / COVIO da Universidade Estadual do Ceará / UECE.
Email: romulofilosofo@gmail.com

GEOVANI JACÓ DE FREITAS

Doutor em Sociologia, professor da Universidade Estadual do Ceará / UECE e coordenador do Laboratório de Estudos da Conflitualidade e Violência / COVIO.
Email: giljaco@uol.com.br

ABSTRACT: This paper aims to understand how youth, involved in collective cultural practices of re-existence, perceive the actions of agents of the Special Operations Group of the Municipal Guard deployed in the Tower of Community Observation located in the São Cristóvão neighborhood, which is part of the 'Greater Jangurussu' area, in the southeastern zone of the city of Fortaleza, Ceará, Brazil. These forces integrate the Municipal Urban Protection Plan, known as PMPU, from the acronym in Portuguese.

Keywords: Youth. Re-existences. Public safety. Necropolitics.

RECEBIDO: 09/04/2018

APROVADO: 18/05/2018

1 INTRODUÇÃO

ANFI-TEATRO JANGURUSSU

O concreto também se dissolve
Nos abraços demorados
Na viagem sem malas prontas
No “corre do louco” empregatício [in] visível
O preço do sangue que escorre arquibancadas
Alimento pra cabeça mata a fome [só por hoje]
Talvez, quem sabe...
Ele pode ser a bela vista...
Pode ser o nascer e o pôr-do-sol:
a soma dos abraços esperançosos,
do racha improvisado em círculos.
Pode ser palco da noite ensolarada:
razão dos bailes autônomos.
“- Chega aê no rolezinho
ou no reggae pra dançar agarradinho.”
Arena das resistências por vezes planejadas
Dos sorrisos espontâneos
Dos gestos aleatórios, [in] definidos em si
Da lágrima incontida e compartilhada
Das memórias feitas do concreto
dos afetos.
Jan [janelas] / gu [guris] / ru [rua] / ssu [suave].

(Rômulo Silva)

O Grande Jangurussu é constituído pelo bairro Jangurussu e seu entorno, localiza-se na zona sul de Fortaleza, Ceará, e destaca-se pelos seus movimentos sociais e associações, a exemplo da Associação dos Catadores e Catadoras de Resíduos Sólidos do Jangurussu / ASCAJAN.¹ Neste bairro se localizava o antigo aterro sanitário da Cidade.

1 Disponível em: <https://www.facebook.com/Ascajan-Fortaleza-1597743313828007/?hc_ref=SEARCH>. Acesso em: 10 jun. 2017.

Atualmente, o território é marcado e compõe um efervescente cenário de produção política e cultural dos coletivos juvenis das periferias e favelas da Cidade, que atuam por meio da produção de saraus, bailes de *reggae* e batalhas de MC, grupos de poetas etc. Estas práticas formam o que chamamos de Redes de Afetos, cujos sentidos podemos vislumbrar como processos de “re-existências”, conforme define Achinte (2017).

Discorrer acerca das juventudes significa percorrer o campo ambíguo e multifacetado de significações. A juventude é uma criação da modernidade, sendo, portanto, tecida em um terreno de constantes transformações. (DIÓGENES, 1998; 2009; 2012). A categoria “juventudes” assume, nessa dinâmica, dimensões fluidas e híbridas, de caráter fragmentado, instável, calcadas em outros diversos territórios que não apenas o etário – critérios também fluidos e incertos, no caso dos jovens negros e empobrecidos que vivem na Região da Grande Fortaleza.

Estas práticas de re-existências poéticas transpõem e “dissolvem” fronteiras da morte para se fazerem existentes do “lado de lá” da vida, por meio da alteridade ou, inclusive, por meio da contingência de uma “violência emancipadora do colonizado” (MBEMBE, 2014), subversão das assimetrias do poder e das relações coloniais. São sujeitos mediadores e mediados pela possibilidade de exercício das “pedagogias da re-existência”, poética marginal da descolonização.

[...] propongo la categoría de re-existencia entendida esta como los dispositivos que grupos humanos implementan como estrategia de visibilización y de interpelación a las prácticas de racialización, exclusión marginalización en procura de re-definir y re-significar la vida en condiciones de dignidad y autodeterminación, enfrentando la biopolítica que controla, domina y mercantiliza a los sujetos y la naturaleza. (ACHINTE, 2017, p. 20).

A possibilidade de, como coletividades, descentralizar as lógicas estabelecidas e retroalimentadas historicamente da dominação hegemônica parte, inclusive, da invenção da vida cotidiana a partir da existência inquieta e molecular dos sujeitos e territórios colonizados. Isto é, para descolonizar não basta resistir: é preciso

re-existir. A primeira demanda para a descolonização, portanto, é permanecer vivo. Criar formas de existências em face de uma política de morte. Um jogo entre falar da existência, tentar sobreviver e ser visto e ouvido.

A re-existência dos poetas e das poetisas questiona o projeto político vigente de “produção da vida”, um projeto de morte permanente como padrão de poder a partir da ideia de raça e da produção do capitalismo em sua versão contemporânea. Por intermédio das diversas linguagens artísticas e da organização política de eventos culturais de jovens das periferias, denominados por eles próprios de “saraus”, alguns destes sujeitos se organizam em coletivos e buscam uma forma de autogestão a mais horizontal possível. Os saraus realizados nas periferias e favelas podem ser definidos, de um modo breve, como reuniões em praças e bares de diferentes bairros suburbanos da cidade de Fortaleza, onde tanto moradores quanto frequentadores de outros bairros declamam ou leem textos próprios ou de outros diante de um microfone, cantam músicas autorais ou de outros compositores, realizam *performance* teatral, distribuem e vendem fanzines.²

Entretanto, a grande mídia (jornal, rádio e televisão) tem ignorado ou pouco divulgado esse movimento e suas práticas culturais, aqui denominadas de “práticas de invenção poéticas nos bairros periféricos”, socialmente estigmatizados. É em territórios assim demarcados que as ações governamentais de segurança pública e seus diferentes programas buscam legitimidade e eficácia, reproduzindo o discurso do senso comum, retroalimentado pelos programas televisivos pautados em narrativas do medo e da insegurança. Destacamos que o *modus operandi* da polícia e do policiamento nesses bairros, associado à atuação de práticas ilegais e grupos armados, tem contribuído para a ampliação da violência institucionalizada.

2 Conforme Tennina (2013, p.11), “A palavra sarau não é recente. Diversas músicas, romances, cartas, crônicas e memórias do século XIX, da Europa e da América, fazem referência a essas luxuosas reuniões de amigos, artistas, políticos e livreiros, que, com frequência variada, encontravam-se em casas de certas figuras da alta sociedade ou em espaços exclusivos desses setores – como clubes e livrarias – para tornar suas criações públicas.”

Este artigo tem como objetivo compreender, a partir da percepção dos jovens envolvidos nessas práticas culturais coletivas de re-existência, a atuação de agentes do Grupo de Operações Especiais / GOE da Guarda Municipal, autointitulada “Polícia Municipal”. A instalação de uma Célula de Observação e o patrulhamento ostensivo do GOE, somados ao apoio da Polícia Militar, integram o Plano Municipal de Proteção Urbana / PMPU de Fortaleza no bairro Jangurussu.

O projeto piloto da Prefeitura Municipal de Fortaleza, em parceria com o Governo do Estado do Ceará, instalou e inaugurou a primeira Célula de Proteção Comunitária que funciona na calçada de um dos três equipamentos culturais de juventude (no CUCA Jangurussu, localizado no bairro de mesmo nome) e conta com a implementação de 40 câmeras dispostas em “X”, uso de drones e reforço no efetivo da nova “Polícia Municipal”. A concepção e o funcionamento dessa lógica de controle territorial têm revelado seus problemas e contradições no que respeita à segurança e à proteção das pessoas em sua pertença ao bairro.

Acompanhando Frantz Fanon (1968), tomaremos estes espaços de vigilância como ocupação colonial tardo-moderna onde opera a necropolítica, isto é, uma política da morte (MBEMBE, 2017). Esta narrativa funda um “inimigo” comum da sociedade com perfil sócio e historicamente construído, marcado como vidas consideradas precárias, não passíveis de luto, segundo Judith Butler (2017).

Como processo investigativo, utilizamos o aporte metodológico da pesquisa qualitativa, bibliográfica e a experiência Etnográfica, com o uso da observação participante e realização de entrevistas e de relatos registrados em diário de campo.

2 PRÁTICAS DE INVENÇÃO POÉTICA NA CIDADE

A atual produção cultural de poetas e poetisas das periferias e favelas da cidade cria novas formas de sociabilidades (SIMMEL, 1983, 2006) e nos oferece pistas de contínuas interpretações que podem servir para compreender os afetos, os sentidos locais e as formas de resistências e re-existências nas práticas inventivas do cotidiano das

periferias de Fortaleza. De acordo com Michel de Certeau (1994, p. 41), as práticas cotidianas são as “maneiras de fazer” pelas quais os sujeitos se apropriam criativamente do espaço social.

Os eventos organizados pelos próprios moradores desses bairros constituem um fenômeno novo que denominamos Zonas de Re-existências organizadas em “espaços precários”, segundo Michel Agier (2015). São, historicamente, contextos de opressão e baixo Índice de Desenvolvimento Humano / IDH - territórios estigmatizados, criminalizados e “marcados pela violência”, discursos oficiais estrategicamente reforçados pelo próprio Estado.

A periferia da cidade torna-se o centro no tocante à produção de arte e cultura. Essa “poética da relação” (GLISSANT, 2011) revela poetas e artistas antes invisibilizados, que, por sua vez, resignificam e atribuem outros sentidos para além da violência e da morte. O Grande Jangurussu, por exemplo, é também um dos principais celeiros de produção de eventos protagonizados pelas juventudes, que reúnem diversos sujeitos não só localmente, mas participantes de vários bairros da Cidade e de sua região metropolitana. São eventos dos mais variados tipos e estilos³: de bailes de *reggae* a saraus com poesia, produções literárias (livros e fanzines) e música ao vivo, são exemplos de mobilizações e invenção de zonas autônomas juvenis na ocupação de espaços públicos (BEY, 2011).

A ocupação de espaços públicos, ao reinventar e deixar lugares marcados mediante organização de eventos, constitui-se em ação política e de enfrentamento dessas e de outras violências. Não significa ocupar por ocupar, mas marcar o lugar, intervir e inventar novas práticas cotidianas de resistência e promoção do lazer. Podem ser tomados como Zonas de re-existências tanto o

3 Primeiro encontro de saraus do Ceará é realizado neste sábado: evento terá rodas de conversas, oficinas, cortejo e sarau. **O Povo Online**, 18 ago. 2017. Disponível: <<https://www.opovo.com.br/vidaarte/2017/08/primeiro-encontro-de-saraus-do-ceara-e-realizado-neste-sabado.html>>. Acesso em: 11 fev. 2018. JUVENTUDE que ocupa espaços públicos em Fortaleza denuncia ações policiais. **O Povo Online**, 19 set. 2016. Disponível em:<<http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/09/juventude-que-ocupa-espacos-publicos-denuncia-acoes-policiais.html>>. Acesso em: 23 maio 2017.

Cuca *Roots*, que existiu durante um ano, quanto o Bonja *Roots*, que continua atuando.⁴

A partir da ideia de “Zona Autônoma Temporária / TAZ”, de Hakim Bey (2011), tomamos os bailes de *reggae*, os saraus, as batallas de MCs e os rolezinhos feitos nas periferias e favelas como uma espécie de rebelião festiva e efêmera que confronta o Estado. Os bailes de *reggae*, por exemplo, na medida em que pregam a “paz e o amor” como ideologia regueira, procuram ocupar lugares públicos sem pedir permissão – inclusive espaços institucionalizados, como o anfiteatro do Cuca Jangurussu, onde realizam seus propósitos festivos reunindo cerca de 2.000 pessoas durante um ano. Uma maneira de “estar juntos”, conforme Bey (2011, p 26, grifo do autor):

[...] a emergência de uma *cultura festiva* distanciada ou mesmo escondida dos pretensos gerentes do nosso lazer. “Lute por direito de festejar” não é, na verdade, uma paródia da luta radical, mas uma nova manifestação dessa luta, apropriada para uma época que oferece a TV e o telefone como maneiras de “alcançar e tocar” outros seres humanos, maneiras de “estar juntos!” [...] Seja ela apenas para poucos amigos, como é o caso de um jantar, ou para milhares de pessoas, como um carnaval de rua, a festa é sempre “aberta” porque não é “ordenada”. Ela pode até ser planejada, mas se ela não *acontece* é um fracasso. A espontaneidade é crucial.

Estes movimentos inventivos, sem fins lucrativos, objetivam ocupar os espaços, reivindicar direitos e fomentar espaços de cuidado. São formações com temas ligados aos Direitos Humanos e que visam, inclusive, o lazer feito pela própria juventude.

Por se tratar de território marcado por conflitos entre facções pelo comércio de drogas ilegais, as intrigas entre estas comunidades que disputam o “mando” a partir de uma insígnia (CV, FDN,

4 Ambos são eventos de *reggae* organizados em espaços públicos de forma autônoma pelas juventudes das periferias da Cidade. O Cuca Roots acontecia às terças-feiras de 18h30 às 23h no anfiteatro do Cuca situado no bairro Jangurussu; já o Bonja Roots é um coletivo que promove eventos de *reggae* e outras atividades voltadas para as juventudes periféricas.

PCC e GDE)⁵, a demarcação e a desterritorialização do inimigo são constantes. Somada a isso, a implementação de políticas de segurança pública do Governo do Estado e do Município, sob a ênfase e conservação do *modus operandi* do militarismo, tem contribuído para a ampliação da violência institucionalizada. Essa realidade faz com que muitos jovens daquela região não tenham acesso a equipamentos ou espaços públicos por motivos relacionados às suas localizações fronteiriças. Os “trabalhadores precários” da droga que atuam na ponta, isto é, “à margem da verdadeira economia da droga”, normalmente são os mesmos que transitam entre a rua, o sistema socioeducativo ou a prisão. O trânsito do varejo da droga, do “cara-a-cara” e de mão em mão, compõe a tessitura das práticas cotidianas entre “um corre” e outro.⁶ Ou seja, é justamente nas

5 CV: Comando Vermelho, FDN: Família do Norte, PCC: Primeiro Comando da Capital e GDE: Guardiões do Estado.

6 Significa correria, luta, labuta cotidiana contemporânea. Significa se antecipar às complexas demandas impostas pelas assimetrias do poder (raça, classe e gênero), criando táticas, abrindo caminhos, inventando atalhos e pontos de fuga, principalmente a partir das “brechas” do poder hegemônico. O termo nativo tem alguns significados, que transitam pelo terreno das polaridades moralizantes, dualidades de bem e de mal e em redes ou grupos de sociabilidades dado o contexto específico: a) “correr pelo certo”, significa proceder pela honestidade, demonstração de humildade e distante dos vínculos com o “crime”, por exemplo, o tráfico, uso de armas e etc.; b) “correr pelo errado”, significa o envolvimento com o ilegal, vínculos com o varejo da venda de drogas ilícitas, uso e venda de armas de fogo, práticas de assalto, furto e homicídios, etc. É importante pontuar duas coisas: primeiro, quem “corre pelo errado” o faz geralmente sozinho e não contradiz somente a Lei, mas as ordens e leis instituídas em determinado contexto social e seus agrupamentos; segundo, o consumo de drogas ilícitas não se configura como “correr pelo errado”, pois não é um “crime” que envolve vítimas; c) “corre de ganso”, significa a atitude de determinado sujeito que tem a “palavra frouxa”, pessoa lenta nos “corres”, isto é, “lesado”; designa indivíduo sem moral ou que está perdendo alguma credibilidade que conquistou de determinados segmentos e agrupamentos sociais. Geralmente esta expressão é atribuída ao sujeito que tem falhado nesta questão por mais de uma vez – na linguagem comum, é o “furão” ou “vacilão”, alguém sem responsabilidade e de “proceder” duvidoso devido a sua inconstância; d) “certo pelo certo”, este tipo de “proceder” refere-se àqueles que, dentro de determinado coletivo ou grupo social, têm noção de identidade junto aos que congregam da mesma ideologia. Ou seja, a partir do respeito atribuído e conquistado, este sujeito não toma como princípio as bipolaridades das noções de “legal” e “ilegal” do Direito, mas sim o tipo de “proceder” do grupo em que está inserido. Ele transita entre as práticas do legal e ilegal, lícito e ilícito com o propósito de corresponder os anseios do coletivo e a seus códigos de ética específicos. Em suma: este sujeito prioriza sempre o bem comum de seus pares

“fronteiras porosas entre o legal e o ilegal, o formal e o informal” (TELLES; HIRATA, 2007, p. 174) e voláteis (muitas vezes demarcações entre um quarteirão e outro incorporado por uma insígnia de “facção” – também conhecidas como “Faixas de Gaza”) que se provoca um esvaziamento e a impossibilidade de maiores fluxos de pessoas em determinados espaços tidos como “o lado de lá, o lado do inimigo”. Esse impedimento aumenta a sensação de medo e insegurança em quem desafia as fronteiras entre os territórios a fim de acessar algum serviço público ou evento cultural (escolas, posto de saúde, equipamentos culturais, espaços de lazer, praças etc.), ou mesmo de vivenciar o bairro e a Cidade. Como construção social, seguindo Freitas (2003, p. 101), podemos considerar “o medo como um dos ecos mais significativos da violência”. Ou seja, o medo, em seu caráter objetivo, possibilita verificar sociologicamente as relações sociais.

Historicamente, o Grande Jangurussu, assim como os demais territórios que compõem as periferias de Fortaleza, concentra comunidades que são alvos constantes dos programas policiais-cos que, por sua vez, difundem e reforçam no imaginário coletivo a ideia de lugar perigoso, e nada mais que isso. (PAIVA, 2007)

No final da década de 1970, no lugar conhecido hoje como Gereba (assentamento vizinho ao conjunto São Cristóvão, no Grande Jangurussu, separado pela avenida Presidente Costa e Silva – conhecida como avenida Perimetral), inúmeros catadores buscavam o sustento da família no aterro sanitário do Jangurussu, instalado no local em 1978 e extinto em 1986, após o que passou a funcionar como Lixão por mais 12 anos (até 1998). Nas décadas anteriores, este território da Cidade foi ocupado também por imigrantes do Interior do Estado, fugidos da seca, além de muitos desempregados remanejados de um território a outro pelo Governo. Ou seja, determinadas áreas da Cidade foram evacuadas, atendendo a interesses definidos pela lógica do “planejamento da Cidade”. Como consequência, surgiram inúmeras periferias que, a partir desse panorama, passaram a sofrer pela dinâmica da

e essa postura pode incorrer em práticas que vão de encontro aos códigos ou protocolos de outros grupos/coletivos.

segregação socioespacial urbana.⁷ Estima-se que o aterro chegou a atingir quarenta metros de altura com resíduos sólidos, ocasionando sérios transtornos de saúde aos moradores, além de problemas socioambientais. Trabalhavam no aterro em média 1.500 catadores, entre adultos, crianças, adolescentes e jovens que sobreviveram abaixo da linha da miséria.⁸ Daí nasceu a ASCAJAN (MATIAS, 2017; CAVALCANTE, 2011). Não são poucas consequências negativas que as condições de precariedade (BUTLER, 2017) trazem às comunidades semelhantes ao Jangurussu, conforme ainda mostra Loïc Wacquant (2005, p. 33):

Em primeiro lugar, o sentimento de indignidade pessoal que ele carrega assume uma dimensão altamente expressiva da vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e nos mercados de trabalho. Em segundo, observa-se uma forte correlação entre degradação simbólica e o dismantelo ecológico dos bairros urbanos: áreas comumente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados tendem a ser evitadas pelos de fora, 'assinaladas' pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignoradas pelos políticos, tudo isso colaborando para acelerar-lhes o declínio e o abandono. Em terceiro, a estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias sociófobas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal e em minar o senso de coletividade necessária ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva.

“O estigma territorial impregnado” historicamente construído e moralmente retroalimentado no esteio social, cria uma imagem homogeneizante, criminalizadora e invisibilizadora não somente

7 Fortaleza em fotos. Disponível em <<http://www.fortalezaemfotos.com.br/2016/04/conjunto-palmeiras.html>>. Acesso em: 15 maio 2017.

8 As informações sobre a história do bairro baseiam-se na seguinte fonte: Projeto “Jangurussu, reciclando a vida”: uma análise sócio-ambiental na visão do catador. Disponível em: <http://web-resol.org/textos/20080212_092159_meio-029.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

do lugar, mas dos indivíduos que ali habitam. Desafiando esse estigma, práticas culturais juvenis, como o Sarau da B1, procuram não somente denunciar a negligência do Estado, mas criar e reinventar narrativas outras. O Sarau da B1 pode ser visto, portanto, como uma “máquina de guerra” cultural e política, pois se revela a partir das vidas nômades dos poetas e poetisas e de seus fazeres-poéticos (DELEUZE; GUATTARI, 2012). Leva este nome por acontecer na Praça da Avenida Bulevar 1, nº 121 no Conjunto São Cristóvão. É um dos *nós* que formam o que aqui denominamos de *Rede de Afetos*. As poetisas e os poetas locais organizaram e lançaram poemas autorais no primeiro livro autônomo *Sarau da B1: com os poetas de lugar nenhum* (DENKER, 2016) em outubro de 2016. Práticas de invenção poética similares a esta têm se espalhado e se consolidado pela Cidade. Trata-se de pontos luminosos de produção cultural dos mais diversos tipos e nas diferentes periferias - uma complexa e móvel rede tecida por fios invisíveis e com certa horizontalidade, onde os participantes e protagonistas se visitam e fortalecem os movimentos uns dos outros, a saber: Bonja Roots (Bom Jardim), Servilost (Serviluz), Sarau-Rizoma: O Corpo sem Órgãos (Conjunto Ceará), Sarau Natorart (Carlito Pamplona), dentre outros.

Para Souza (2009, p.57), a luta por reconhecimento se dá por uma permanente disputa política: o “uso da palavra envolve ação humana em relação a alguém, em um contexto interacional específico no qual ocorre a busca pela apropriação, a batalha pelas palavras e seus sentidos, a disputa por identidades sociais.” E a pesquisadora prossegue afirmando que nestes espaços de produção cultural da diáspora negra “também se configuram as relações dialógicas de reexistências inscritas em um processo que envolve negociação, reinvenção e subversão de relações assimétricas de poder.”

Ao analisar os processos de entextualizações nas interações entre Movimentos Sociais da Serrinha, na periferia de Fortaleza, e a Universidade Estadual do Ceará / UECE, especificamente o Sarau de Luta, Maciel, Alencar e Sousa (2018, p. 671) afirmam que “reexistir” para poetas e poetisas da periferia e favela significa

[...] discordar das imposições do capitalismo neoliberal e além disso, acreditar na força dos grupos sociais que constituem a periferia, reivindicando direitos e propondo soluções para ressignificar os espaços urbanos. Isso indica a construção de novas identidades para os sujeitos da periferia, pois os atores sociais estão utilizando-se da reexistência por meio da arte, construindo uma nova identidade – povo periférico é agora também aquele que reexiste, redefinindo sua posição na sociedade, buscando a transformação da estrutura social opressora.

Assim como propomos, entendemos que estes poetas e poetisas marginais não apenas resistem aos diversos tipos de opressão e criminalização “provocadas pelo sistema-mundo colonial capitalista” (MACIEL; ALENCAR; SOUSA, 2018, p. 671), mas, sobretudo, inventam formas de re-existência, isto é, formas de vida por meio de seus fazeres-poéticos e da organização política das coletividades periféricas.

À semelhança dos movimentos que existiam e ainda re-existem em Fortaleza, o Sarau da B1 é composto quase totalmente por jovens, em sua maioria participantes de outros eventos, coletivos e grupos autônomos que atribuem sentidos às diferentes formas de organização e sociabilidades nas periferias e favelas da Cidade - com semelhanças, aproximações e distanciamentos devido a seus perfis e territorialidades.

É possível, ainda, encontrar jovens que, além de transitarem em ambos os espaços, servem como *fiões* que ampliam e tecem a *rede* mediante a participação em frentes estudantis, movimentos sociais e até mesmo partidários. As diversas aglutinações identitárias de autoafirmação juvenis podem ser encaradas como *nós* dinâmicos - que estão sempre se refazendo e desaparecendo - neste entrelaçamento que compõe esta *Rede de Afetos*. Um governo de si mesmo que defende a arte de inventar, resistir para continuar existindo, pelo uso da poesia face a face e da literatura enunciada, compartilhada, publicizada.

São, portanto, movimentos inventivos, sem fins lucrativos, que visam, entre outros ideais, o lazer feito pela própria juventude de considerável mobilização. Um outro exemplo de apropriação

autônoma dos jovens dos espaços públicos foi o *Cuca Roots*. O evento de *reggae*, realizado durante um ano (2016-2017) no anfiteatro do Cuca Jangurusu, às terças-feiras, era organizado e autogerido por cinco jovens residentes no bairro. O evento chegava a reunir aproximadamente 2.000 pessoas de diferentes lugares de Fortaleza e Região Metropolitana. Movimento alternativo às opções oferecidas na cena regueira de Fortaleza, como o Reggae Club na Praia de Iracema⁹, o *Cuca Roots* tinha como objetivo promover a cultura do *reggae* na periferia - o "baile", como os jovens costumavam chamar. O evento contava com uma estrutura mínima de organização: aluguel de uma caixa de som, energia puxada por extensão de uma casa vizinha ao Cuca, *notebook*, uma luminária estilo abajur suspensa no centro do círculo da "concha acústica" de ferro, além de uma bandeira jamaicana de aproximadamente três metros de comprimento fixada nas grades superiores das arquibancadas do anfiteatro, sinalizando que naquele dia o baile de *reggae* iria "gerar"¹⁰. O evento deixou de existir no dia 7 de fevereiro de 2017, após o assassinato do jovem Pablo Israel, 18 anos, morto com cinco tiros à queima roupa nas arquibancadas do local¹¹.

Os confrontos internos, seja pelo mando do comércio ilegal de drogas ou por conflitos e disputa de narrativas da diferença e identidades, compõem inscrições destes sujeitos plurais nas fronteiras incertas entre o legal e o ilegal de forma descontínua e incerta. Seja em face da sobrevivência, dos afetos ou da afirmação política ou ideológica, ambas as formas de encarar a realidade criam práticas de resistência e re-existências. São formas distintas de existência, travadas sob constante luta imersa na lógica do racismo estrutural histórico, responsável pela segregação socioespacial e econômica, e de uma "política da morte" (MBEMBE, 2017) operada pelo neoliberalismo que, por sua vez, homogeneiza e elege as vidas descartáveis e "não passíveis de luto." (BUTLER, 2017).

9 Casa de show localizada na Praia de Iracema, cena turística da cidade.

10 Expressão que significa que algo aconteceu com sucesso, de maneira satisfatória e além das expectativas.

11 MOURA, Ricardo. Políticas juvenis e os limites da "paz". **O Povo Online**, 06 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/jornal/colunas/segurancapublica/2017/03/politicas-juvenis-e-os-limites-da-paz.html>> Acesso em: 28 maio 2017.

3 A TORRE DO XADREZ: VIDAS PRECÁRIAS E AS OCUPAÇÕES MILITARES

O anfiteatro do Cuca Jangurussu é um dos poucos espaços de sociabilidades que existem no Bairro, e as juventudes locais ocupam-no cotidianamente. Além de eventos mais autônomos que foram organizados pelos próprios moradores do Bairro, a exemplo dos Cuca *Roots*, dos Rolezinhos e do Campeonato de Xadrez, o Cuca já promoveu (e ainda promove) várias atividades no local, desde rodas de conversa e oficina de grafite e pichação até shows de artistas locais e nacionais, como os shows da banda local Caixeiros Viajantes e o show do rapper nacional MV Bill no “Favela Arte Festival da Juventude”, realizado em julho de 2017.

O cotidiano, nestas neocolônias ou ocupações fragmentadas, conforme Mbembe (2017, p. 136), “é completamente militarizado.” No dia 14 de setembro de 2017, o Cuca Jangurussu recebeu representantes da vice Prefeitura de Fortaleza, nas pessoas do vice-prefeito Moroni Torgan e sua equipe, acompanhado do seu filho Mosiah de Caldas Torgan, que é Secretário de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Município, para apresentar o Plano Municipal de Proteção Urbana (PMPU). Na ocasião, Bia Oliveira, 25 anos, moradora do Jangurussu e uma das integrantes e representantes do Fórum de Jovens do Cuca Jangurussu, fez as seguintes provocações ao recém apresentado PMPU pela vice Prefeitura:

[...] não se dialoga com a juventude. Estamos aqui no Jangurussu e realmente é um bairro que mais morre juventude, é o bairro onde ocorreu a maior chacina do Estado do Ceará, e eu falo que mata, e a gente fala, porque a gente sabe; a polícia mata preto e pobre todos os dias na periferia. E hoje se corta da saúde, da educação, dos direitos básicos, da cultura e do lazer. O Cuca vem cada vez mais sendo sucateado, cada vez mais cortando verbas para a juventude. As obras do Cuca ainda não estão entregues, né?! A obra do teatro está há anos rolando e ainda não foi entregue e a gente cobrando o tempo todo, mas pra começar uma nova obra, pra vir mais repressão pra juventude tem, né?! É muito importante a gente colocar isso, colocar em pratos limpos que não vem pra dialogar com a gente, vem de cima pra baixo pra meter esse plano na

nossa cara e dizer que a gente vai tá seguro, mas a gente sabe muito bem que a gente não vai tá seguro com esse plano. Porque a polícia tá aqui todos os dias, a polícia tá aqui no Cuca, inclusive, e todos os dias vem com a repressão em cima da juventude que já tá ocupando este espaço, esse espaço não está desocupado. A juventude está todo dia no esporte, na cultura e no lazer, fazendo música, fazendo poesia, a gente tá aqui todos os dias, não está desocupado. Mas a polícia vem como aparelho repressor todos os dias com abuso de autoridade, com abordagens abusivas e a gente tá aqui clamando: “pra quem que vai esta proteção? Proteção pra quem?” Porque pra gente falta oportunidade, pra gente falta educação, pra gente falta emprego, né?! A família Torgan está toda empregada parece, né?! Mas a gente não tem emprego, então a gente quer saber, né?! Vai pra quem, né, esta segurança? Porque pra gente não vai, pra quem é preto, pra quem é pobre só leva surra da polícia. Não leva nada não... E não venha dizer que é porque a gente quer fazer coisa errada, fazer coisa errada. Não! A gente só quer sobreviver, a juventude só quer sobreviver! Obrigado. (informação verbal).¹²

O PMPU objetiva criar outras células territoriais pela Cidade, formadas por Torres de Observação, com a implementação de 40 câmaras por unidade, dispostas em X, e com uso de drones e reforço no efetivo do GOE, equipe da Guarda Municipal Armada. São três policiais sentinelas, dois Guardas Municipais e um PM para fazer monitoramento das câmeras que serão instaladas no perímetro. A torre serve ainda como base de apoio para equipes compostas por 40 guardas municipais e 20 policiais militares, que fazem o patrulhamento durante 24 horas. O patrulhamento no entorno da Torre alcança 14 quarteirões e é dividido em três territórios, com guardas municipais e policiais de bicicletas, motos e viaturas.

12 Fala gravada em vídeo de Bia Oliveira, 25 anos, moradora do São Cristóvão (Jangurussu), integrante e representante do Fórum de Jovens do Cuca Jangurussu, durante a visita de representantes da vice Prefeitura de Fortaleza, ao Cuca Jangurussu, em 14 de setembro de 2017. Disponível em :<<https://www.facebook.com/ruajuventudeanticapitalista/videos/850754295091848/>> Acesso em jan.2018.

Menos de um mês após a apresentação do “programa de segurança cidadã” no Cuca Jangurussu, o jornal O Povo noticiou que o Grande Jangurussu concentra o maior número de homicídios entre os cinco bairros mais miseráveis de Fortaleza. Os números são de janeiro a agosto de 2017, período em que 72 mortes foram contabilizadas na região – deste total, 19 adolescentes.¹³ Conforme o Atlas dos Assentamentos Precários¹⁴, o Jangurussu é um dos bairros de Fortaleza que mais possui áreas de risco. São ocupações fragmentadas por processos de biopolítica (FOUCAULT, 2010; 2013), tanatopolítica (AGAMBEN, 2004, 2010, 2015) e Necropolítica. Conforme Mbembe (2017, p. 152), necropoder são “formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte”, isto é, o poder e a capacidade de determinar quem pode viver e quem deve morrer nos cálculos estruturais e estruturantes nos lugares “periféricos” e, principalmente, nas “inscrições” nos corpos estigmatizados. Assim como África, o Jangurussu é um “aparente não-lugar” (MBEMBE, 2014, p. 30); favelas e comunidades indígenas são a extensão e, por vezes, a desterritorialização destes “não-sujeitos” habitantes de “não-lugares”.

A cidade do povo colonizado [...] é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, com uma cidade sobre seus joelhos. (FANON, 1968, p. 37-39).

Segundo a obra acima citada de Fanon, a colônia é, portanto, resultado de uma continuada conquista militar, reforçada por uma administração civil e policial. A primeira torre de vigilância foi construída na calçada do Cuca Jangurussu, por trás do anfiteatro - um dos principais espaços de sociabilidades, ocupações

13 Jangurussu é o bairro onde mais se morre em Fortaleza. **O Povo Online**, 11 out. 2017. Disponível em <<https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/10/jangurussu-e-o-bairro-onde-mais-se-morre-em-fortaleza.html>> Acesso em: 14 dez. 2017.

14 Atlas dos Assentamentos Precários de Fortaleza. Disponível em: <<http://acervo.fortaleza.ce.gov.br/pesquisa?nome=assentamentos+&categoria=PLANOS+SETORIAIS&tema=&ano=&tipodocumento=&fonte=&local=>>> Acesso em: 14 de dez. 2017.

e apresentações artísticas da juventude no território -, e funciona conforme previsto pelo PMPU desde o início de março de 2018. Curiosamente, ela está situada na esquina da Avenida Álef de Souza Cavalcante, avenida nomeada em 2016 após abaixo assinado de moradores no entorno e organizado pelos coletivos de resistências juvenis. O rebatismo da rua é em homenagem a uma das vítimas da Chacina da Messejana, que aconteceu na madrugada de 12 de novembro de 2015 e deixou onze mortos (quase todos jovens entre 15 e 29 anos) e, pelo menos, sete pessoas sequeladas.¹⁵ Do total de 45 policiais militares denunciados, 44 tiveram a denúncia aceita e prisão provisória decretada para instrução. Ao final da fase de instrução, 34 policiais irão para o julgamento do júri popular. Todos respondem em liberdade.¹⁶

Embora não seja o foco deste artigo, vale ressaltar: assim como o Programa Ronda do Quarteirão foi o principal modelo de policiamento no Governo de Cid Gomes (BRASIL; ALMEIDA; FREITAS, 2015), a política de segurança pública proposta pelo Governador Camillo Santana (2015-2018) foi construída sob a proposta do Pacto por um Ceará Pacífico. A proposta visava o combate à criminalidade violenta, sobretudo envolvendo a população juvenil do Estado, por meio de ações articuladas das várias políticas públicas e setores do Estado e da sociedade civil. Entretanto, o programa tem sido ofuscado pelo avanço do modelo ostensivo: o Batalhão de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (BPRaio).

Esse “casamento” da Segurança Pública do Estado com o Município e suas respectivas políticas de segurança mostra que estamos cada vez mais longe da criação e consolidação de uma Polícia Comunitária a partir da perspectiva de permanente educação, formação e desmilitarização da polícia e da política (BRASIL; ALMEIDA; FREITAS, 2015).

15 Justiça decide soltar 17 PMs acusados na Chacina de Messejana. **O Povo Online**, 23 maio, 2017. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/05/justica-decide-soltar-17-pms-acusados-na-chacina-da-messejana.html>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

16 Dois anos depois, Chacina da Grande Messejana está longe do desfecho. **O Povo Online**, 10 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/11/dois-anos-depois-chacina-da-grande-messejana-esta-longo-do-desfecho.html>> Acesso em: 22 ago. 2018.

No dia 22 de dezembro de 2017, aconteceu a pré-inauguração da torre de vigilância do Jangurussu. No mesmo dia, no anfiteatro do Cuca Jangurussu, o Fórum de Jovens, com vários coletivos, artistas, poetas/poetisas e moradores do território e de outras localidades organizaram um Sarau Cultural repudiando o projeto com a construção em andamento na calçada de um equipamento de juventude. A mobilização desse evento cultural, somada às publicações da grande mídia e compartilhamentos de nota pública nas redes sociais denunciando as recorrentes violações, por policiais, dos direitos de civis na região e questionando a legitimidade do PMPU, mobilizou a Defensoria Pública do Estado do Ceará / DPEC.

Um dos jovens que integra o Fórum de Jovens do Cuca Jangurussu, morador do Conjunto Palmeiras II, cientista social da UFC e um dos MCs e poetas marginais das periferias e favelas da cidade de Fortaleza, escreveu em seu perfil do Facebook uma nota intitulada “Célula de Repressão Comunitária”, uma crítica ao projeto de Governo em exercício e à lógica da militarização da polícia e da política cada vez mais imbricada, latente e normativa:¹⁷

33 metros quadrados, banheiro privativo, estacionamento para veículos, vidros blindados e paredes de concreto maciço, orçado em R\$ 347 mil reais, funcionamento 24 horas, 40 guardas municipais, 20 policiais militares, central de monitoramento com câmeras de vigilância espalhadas ao longo da Avenida Castelo de Castro. Equipamento inaugurado antes do Teatro do Cuca Jangurussu (2014). O movimento de viaturas, motos e bicicletas, vendida como aparato de segurança, é constante no sentido de impor o controle aos moradores do bairro. A vigilância, a partir das câmeras postas ao alto dos postes na avenida principal, não funciona apenas para fiscalizar infrações de veículos motorizados, tem a funcionalidade de criar e efetivar a dinâmica da repressão, do controle sobre vidas que se encontram a cada dia acuadas em territórios

17 LIMA, Daniel. **Célula de Repressão Comunitária**. Disponível em: <https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1615350115250006&id=100003250993557>. Acesso em: 11 abr. 2018.

estigmatizados, violentados e deteriorados. A própria dinâmica de circulação de jovens em torno do anfiteatro diminuiu bastante, o sentimento de não-pertencimento com tantos meios de controle e poder é visível e perceptível no espaço. Essa modificação nas formas de ocupação dos espaços públicos é generalizada em toda a cidade, na qual agentes do Estado repressor cumprem ordens de esfacelar e desarticular as inúmeras manifestações, subversivas e criativas, de organização juvenil, cuja utiliza a cultura e arte, para além dos muros institucionais, na forma, eficaz, de diálogo com a sociedade e com o conjunto que produz e reproduz a resistência nos bairros. O Estado e o Município seguem à risca a prerrogativa da repressão, utilizada a nível nacional, primeiro como mecanismo discursivo, para solucionar o atual problema da violência urbana, valendo-se da ótica da militarização, por meio da força, do poder, da persuasão do medo, crescente nos grandes centros urbanos. Refletir sobre a atual estrutura da Segurança Pública, bem como na reforma do sistema carcerário no Brasil parece distante do imaginário ideológico dos agentes que estão afrente das instâncias do Estado. A cultura autoritária, mantida sob bases reacionárias e conservadoras, enraizada nas instituições estatais aparece como barreira, histórica-institucional, para a ampliação do debate e do diálogo com os segmentos da sociedade civil (movimentos sociais, acadêmicos, de juventudes, etc.), que se colocam como oposição a essa dinâmica da perpetuação da violência, por meio da força e do medo, contra os mais desfavorecidos da sociedade, dita democrática. (LIMA, 2018)

No dia 28 de dezembro de 2017, a Defensoria Pública do Estado do Ceará protocolou um ofício solicitando à Prefeitura de Fortaleza esclarecimentos sobre o possível treinamento feito pela Polícia Federal dos homens da Guarda Municipal de Fortaleza com o objetivo de uso de arma de fogo de alta precisão. Essa atividade, em particular, seria desenvolvida nas periferias nas denominadas “torres de vigilância”.

No ensejo, foram listados 14 questionamentos ao Prefeito de Fortaleza Roberto Cláudio (PDT) e ao Secretário Municipal de Segurança Francisco José Veras de Albuquerque. Nesse documento, a Defensoria quis saber, por exemplo, se a criação e a execução do Projeto foram apreciadas pelas comunidades locais; quais os critérios de escolha dos locais de instalação das torres de vigilância; quantos agentes da GOE e PM foram designados por torre; que tipo de formação receberam os profissionais que atuarão e quais armamentos serão usados por eles; e quais os custos com instalação e manutenção das torres e o impacto disto no orçamento municipal de 2018.¹⁸

De acordo com Michel Foucault (2013), uma torre de vigilância, em sociedades modernas, constitui uma arquitetura disciplinar que opera na transformação da vida dos indivíduos. Entretanto, quando se trata de países da periferia global, existe a necessidade de as reflexões sobre biopolítica contemporânea serem complementadas por uma “necropolítica” (MBEMBE, 2017) ou por uma “tanatopolítica” (AGAMBEN, 2004, 2010, 2015). Como aponta Safatle (2017, p. 61), “não se trata apenas de descrever as relações entre instauração do poder e modos de administração dos corpos e de gestão da vida. Trata-se de insistir na relação entre poder e políticas de desaparecimento e da morte.”

Mbembe (2017, p. 163), ao abordar a leitura espacial de Fanon, avança na concepção de biopolítica em Foucault ao pensar países terceiro mundistas, isto é, no “contexto da ocupação colonial tardo-moderna, a vigilância está orientada tanto para o interior quanto para o exterior, o olho atua como arma e vice-versa.” A arquitetura da Torre de Observação Comunitária é um ponto que passa a permitir o controle militar no território, articulando não apenas a vigilância do espaço exterior por meio de agentes a pé, de bicicleta, motos e viaturas, mas servindo como base de monitoramento dos policiais através do uso de câmeras de monitoramento e de um drone.

18 Defensoria solicita esclarecimentos sobre torres de vigilância à Prefeitura de Fortaleza. Disponível em: <<http://www.defensoria.ce.def.br/noticia/defensoria-solicita-esclarecimentos-sobre-torres-de-vigilancia-a-prefeitura-de-fortaleza/?share=twitter>> Acesso em: 11 jan. 2018.

O esvaziamento do anfiteatro do Cuca Jangurussu, assim como dentro do próprio equipamento de arte e cultura, acompanha os inúmeros relatos de violências físicas e psicológicas dos jovens que antes frequentavam e ocupavam os espaços intra e extramuros desse equipamento voltado para a assistência e proteção às juventudes locais. Conforme Fanon (1968), o colonialismo não pode ser compreendido sem a possibilidade de torturar, de violar ou de matar. Esta possibilidade surge a partir das condições históricas, econômicas e socialmente legitimadas. São vidas inscritas como não-vidas, indignas de existir por estarem circunscritas pelos estigmas de “bandido” e “lugar perigoso”. Neste sentido, segundo Butler (2017, p. 42),

[...] a própria ideia de precariedade implica uma dependência de redes e condições sociais, o que sugere que aqui não se trata da ‘vida como tal’, mas sempre e apenas das condições de vida, da vida como algo que exige determinadas condições para se tornar uma vida vivível e, sobretudo, para tornar-se uma vida passível de luto.

No dia 10 de janeiro de 2018, às 14h00, aconteceu uma reunião das juventudes, lideranças comunitárias e coletivos/movimentos sociais locais com a Defensoria Pública do Núcleo de Atendimento aos Presos Provisórios e Vítimas de Violência / NUAPP, no Cuca Jangurussu, com o objetivo de ouvir os jovens moradores e moradoras das comunidades do entorno sobre a instalação da torre. Na ocasião, dois assessores do vice-prefeito entraram na sala instantes antes do início da reunião, entretanto a Defensora pediu que ambos se apresentassem e se retirassem, pois o objetivo naquele momento era a escuta qualificada somente com os jovens: “a presença de vocês irá intimidar os jovens. Por favor, saiam!”

Por volta das 14h30min, a Defensora Pública, olhando para todos os presentes, após ler o ofício emitido à Prefeitura Municipal de Fortaleza até aquele momento sem retorno, perguntou: “o que é temor e o que é benefício com este projeto da Prefeitura aqui no Jangurussu?”

Estavam presentes na sala aproximadamente 30 pessoas. Destas, pelo menos 25 tinham entre 15 e 29 anos. Foram relatadas diversas violações da Polícia Militar e, principalmente, violências por parte da Guarda Municipal Armada (que se auto intitula “Polícia Municipal”),

esta que age aparentemente de forma muito mais truculenta com os jovens, conforme depoimentos dos presentes: “uma tentativa de demonstração de ‘moral’¹⁹, afirmou um dos presentes.

Um dos jovens narrou uma abordagem que aconteceu próxima aos tapumes que cercavam a construção da torre de vigilância. Segundo ele, a Guarda Municipal Armada ameaçou eletrocutá-lo com a *taser* (arma de choque) após proibi-lo de frequentar o equipamento de juventude: “não quero te ver mais por aqui. A próxima vez você vai sentir o gostinho da minha ‘arma de brinquedo’”. E, ao invés da *taser*, mostrou uma arma de fogo. Outros relatos falam de intimidação mostrando a posse de arma “verdadeira” (arma de fogo), autoafirmação de seu poder de fogo e *status*, comparando-se à Polícia Militar do Estado.

De acordo com os relatos ouvidos durante a reunião, a Guarda Municipal Armada realiza abordagens de maneira seletiva e racista; à semelhança da atuação da PM naquele território, também realiza o “banco paralelo”, prática ilegal onde os rostos dos jovens interpelados são fotografados com o celular do agente e compartilhados em grupos das Redes Sociais para posterior identificação, isto é, na linguagem nativa, “ficar marcado”.

Os depoimentos ainda dão conta de que na Comunidade do Estrela e no João Paulo II, ambos vizinhos ao Cuca, as “motinhas” (patrulha motorizada da GOE) invadiram casas sob o pretexto de suspeição de criminosos ligados ao tráfico, sem mandato judicial. Na ação, uma criança de 11 anos e uma grávida foram ameaçados de levar um tiro durante a invasão de suas residências.

Diferentemente das regiões comerciais e bairros nobres da Cidade, nas periferias não é difícil ouvir relatos similares a estes: de que a polícia invade casas sem mandato judicial, intimida, viola a vida, revira a casa e a intimidade de pessoas a fim de incriminá-las, extorqui-las, violentá-las, levá-las presas, impor o medo e o desespero, conforme bem descreveu Cavalcante (2011) em sua pesquisa de dissertação sobre mortes de adolescentes no Grande Jangurussu. Diante disso, retornamos às reflexões de Fanon (1968, p. 28) ao afirmar que “o mundo colonizado é um mundo cindido

19 Gíria que significa demonstração de autoridade, seja pelo uso da força física, medo/intimidação, status ou ambos.

em dois. A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia”

De maneira surpreendente, Fanon expõe uma espécie de “radiografia da violência” nas colônias, sociedades e países capitalistas. São fronteiras identificáveis na estrutura organizadora da sociedade, desde o campo da militarização (“o inimigo” que deve ser vigiado, punido e eliminado) até a docilização dos corpos por meio das estruturas moralizantes, do pretensão poder-saber e da construção de uma “história única” (Historiografia Oficial). O Índio e o Negro estão sempre nas arestas, nas bordas. À margem da linha do Universal, do moderno e do civilizado.

Além das denúncias sobre a atuação da Polícia Militar do Estado e da Guarda Municipal Armada (GOE), alguns jovens denunciaram a negligência da Rede Cuca diante das referidas violações. Uma norma não oficial teria sido comunicada verbalmente aos trabalhadores e trabalhadoras do equipamento cultural: “a ordem agora é não acompanhar nenhuma ação da polícia no anfiteatro. Caso a abordagem policial seja dentro dos ‘muros’ do Cuca, devo acompanhar de longe!”, afirmou um dos funcionários.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Resistência é continuar vivo”

Rafael Frota, 25 anos.

Cia Bate Palmas - Conjunto Palmeiras

O racismo no Brasil é estrutural e mutável. Para combater as estruturas raciais, precisamos ser antirracistas e antigenocidas. Trata-se do genocídio²⁰ histórico do negro brasileiro como processo de um racismo estruturante, estruturado, escancarado e, por vezes, discursiva e estrategicamente velado.

20 “Recusa do direito de existência a grupos humanos inteiros, pela exterminação de seus indivíduos, desintegração de suas instituições políticas, sociais, culturais, linguísticas e de seus sentimentos nacionais e religiosos. Ex.: perseguição hitlerista aos judeus, segregação racial etc.” (BUENO, 1963, p. 580 apud NASCIMENTO, 2017).

O colonialismo como se apresenta hoje é, portanto, nas palavras de Mbembe (2017, p. 274), uma política fundamentalmente de morte (Necropolítica), “animada na sua origem por um instinto genocida” conferindo, a priori, a este perfil de adolescentes e jovens o *status* de “mortos-vivos”.

São formas da dominação a partir da ideia de “raça” que elegem os “não-sujeitos”. Estes, por sua vez, são inscritos no perfil do “bandido”, assim como da “sujeição criminal” (MISSE, 1999, 2010), inclusive por habitarem em territórios de assentamentos precários, mapeados a partir da política de combate às drogas e à criminalidade.

A Prefeitura Municipal de Fortaleza investe recursos em uma política de segurança pública que se autodenomina “cidadã”, ao mesmo tempo em que retroalimenta o racismo institucional, pelo caminho da criminalização das populações negras e pobres.

Entretanto, as práticas-poéticas de re-existências inventadas pelas juventudes moradoras de bairros periféricos da cidade de Fortaleza, por meio de seus agenciamentos, coletividades e mobilizações, têm criado novas narrativas, estratégias de fuga, táticas de contestação e denúncias das inúmeras e diárias violações de direitos por parte da atuação da Guarda Municipal e da Polícia Militar mediante suas novas políticas de ocupação nesses territórios tidos como “violentos”.

É por meio das ações de saraus, bailes de *reggae*, organização política em espaços e equipamentos públicos como o Fórum de Jovens nos Cucas ou criação de uma Rede de Juventudes das Periferias de Fortaleza que podemos verificar o cenário urbano recente: a construção coletiva e descentralizada de formas de contestação das lógicas estabelecidas e retroalimentadas historicamente pela dominação hegemônica. Este confronto se trava, inclusive, por meio da invenção da vida cotidiana a partir da existência inquieta e molecular dos sujeitos residentes em espaços precários. Isto é, para descolonizar não basta resistir, é preciso re-existir. A primeira demanda para a descolonização, portanto, é *permanecer vivo*. Criar formas de existências em face de uma política de morte. Um jogo entre *falar* da existência, tentar sobreviver, *ser visto e ouvido*. Criar, portanto, é re-existir.

REFERÊNCIAS

ACHINTE, A. A. **Prácticas creativas de re-existência**: más allá del arte... el mundo de lo sensible. Buenos Aires: Del Signo, 2017.

AGAMBEN, G. **Meios sem fim**: notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGIER, M. Do refúgio nasce o gueto: antropologia urbana e política dos espaços precários. In: BIRMAN, P. et al. (Org.) **Dispositivos urbanos e trama dos viventes**: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 33-53.

BEY, H. **TAZ**: Zona Autônoma Temporária. Tradução de Renato Resende. 3. ed. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011.

BRASIL, G. M.; ALMEIDA, R. O.; FREITAS, G. J. (Orgs). **Dilemas da “nova” formação policial**: experiências e práticas de policiamento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

BUENO, F. da S. Dicionário Escolar do Professor. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1963.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAVALCANTE, R. M. B. **Vidas breves**: investigação acerca dos assassinatos de adolescentes em Fortaleza. 156f. 2011. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade)- Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

CERTEAU, M. De. **A invenção do cotidiano**: I artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Peter Pal Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 2012. v.5.

DENKER, S. **Sarau da B1**: com os poetas de lugar nenhum. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

DIÓGENES, G. M. dos S. **Cartografia da cultura e da violência:** gangues, galeras e o movimento hip hop. 381f. Tese (Doutorado em Sociologia) -Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

_____. Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas. In: MENDONÇA FILHO, M.; NOBRE, M.T. (Orgs). **Política e afetividade:** narrativas e trajetórias de pesquisa. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES, 2009. p. 271-288. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/3w52w/pdf/mendonca-9788523208974-12.pdf> >. Acesso em: 20 ago.2017.

_____. Juventudes, violência e políticas públicas no Brasil: tensões entre o instituído e o instituinte. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v.6, n.18, p. 102-127, jan./abr. 2012.

FANON, F. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Coleção Perspectivas do Homem; v.42. Série Política)

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** história da violência nas prisões. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FREITAS, G. J. de. **Ecos da violência:** narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro. Rio de Janeiro: RelumDumará, 2003.

GLISSANT, Édouard. **Poética da relação.** Portugal: Porto Editora, 2011.

MACIEL, T. W. N.; ALENCAR, C. N. de; SOUSA, A. O. de B. Entextualizações em eventos de letamentos de arte e reexistência das juventudes: ressignificar para reexistir em contextos periféricos. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, p. 651-676, jan. 2018. Disponível em: <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/558>>. Acesso em: 03 maio 2018.

MATIAS, E. F. **Palmeiras um outro Palmares:** trajetória histórica e a aplicabilidade da lei 10.639/03. 2017. 90f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)- Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade.** Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

_____. **Crítica da razão negra.** Tradução de Marta Lança. 2. ed. Lisboa: Antígona, 2014.

MISSE, M. **Crime, sujeito e sujeição criminal**: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. São Paulo: Lua Nova, 2010.

_____. **Malandros, marginais e vagabundos** e a acumulação da violência no Rio de Janeiro. 413 f. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

PAIVA, L. F. S. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. 191f. 2007. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Sociologia)- Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SAFATLE, V. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SIMMEL, G. **George Simmel**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. - Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOUZA, A. L. S. **Letramentos de reexistência**: culturas e identidades no movimento hip-hop. 219f. 2009. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/269280/1/Souza_AnaLuciaSilva_D.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2017.

TELLES, V. da S; HIRATA, D. V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v. 21, n.61, p. 173-191, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10274>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

TENNINA, L. Saraus das periferias de São Paulo: poesia entre tragos, silêncios e aplausos. **Est. lit. bras. contemp.**, Brasília, n. 42, p. 11-28, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/elbc/n42/01.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2018.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**: estudo sobre marginalidade avançada. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2005.